

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2009

QUESTÃO 27

Assinale a opção correta acerca da ordem social e dos direitos constitucionais dos trabalhadores.

A) A CF estabelece que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura e, nesse sentido, estabelece a obrigatoriedade para os estados e o DF de vincularem até 0,5% de sua receita tributária líquida a fundo estadual de fomento à cultura.

B) A CF admite a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens exclusivamente aos brasileiros natos.

C) A CF não prevê, entre os direitos sociais coletivos dos trabalhadores, o direito de representação classista.

D) O direito subjetivo dos idosos à gratuidade do transporte coletivo urbano é assegurado pela CF, em norma de eficácia plena.

E) De acordo com a CF, a fundação de sindicato rural demanda autorização prévia do poder público e registro no órgão estatal competente.

GAB: D

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2009

QUESTÃO 28

As Emendas Constitucionais n.ºs 20/1998, 41/2003 e 47/2005 implementaram reforma no regime de previdência dos servidores públicos. A respeito da regulamentação constitucional desse regime e das inovações promovidas pelas referidas emendas, assinale a opção incorreta.

A) Desde que seja instituído regime de previdência complementar para os respectivos servidores titulares de cargo efetivo, a União, os estados, o DF e os municípios poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio de previdência, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

B) O RGPS será aplicado aos servidores que, de forma exclusiva, ocupem cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como emprego público ou outro cargo temporário.

C) Incide contribuição, com alíquota igual à estabelecida para os servidores titulares de cargos efetivos, sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio dos servidores públicos que superarem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante, na forma da lei.

D) O regime de previdência complementar dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos estados e do DF poderá ser instituído por lei de iniciativa dos respectivos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

E) A CF veda expressamente a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos.

GAB: D

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2015

QUESTÃO 29

A prática constitucional brasileira, por se tornar a cada dia mais complexa, exige o incremento do estudo da teoria da Constituição com o objetivo de se compreender e justificar a atuação cada vez mais proeminente do Poder Judiciário. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

A) De acordo com o positivismo de Hans Kelsen, a escolha de uma interpretação dentro da moldura de possibilidades proporcionada pela norma jurídica realiza-se segundo a livre apreciação do tribunal, e não por meio de qualquer espécie de conhecimento do direito preexistente.

B) Para Ronald Dworkin, princípios constitucionais são conceituados como mandamentos de otimização que conduzem à única resposta correta.

C) A corrente doutrinária denominada não interpretacionismo defende que os juízes, ao decidirem questões constitucionais, devem limitar-se a fazer cumprir as normas explícitas ou claramente implícitas na Constituição escrita.

D) A teoria da Constituição dirigente, por conceber um projeto bastante ambicioso e totalizante da Constituição, implica a adoção de uma concepção procedimentalista do papel institucional das cortes constitucionais.

E) Segundo a teoria substancialista, o Poder Judiciário deve decidir os casos constitucionais de maneira estreita e rasa, utilizando-se apenas dos argumentos estritamente necessários para a solução do litígio, deixando de parte questões morais controversas.

GAB: A

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2015

QUESTÃO 30

Tendo em vista que, para lidar com as dificuldades decorrentes da declaração de inconstitucionalidade de leis e atos normativos por parte dos tribunais, a doutrina e a jurisprudência têm desenvolvido uma série de métodos e técnicas interpretativas que auxiliam na resolução de casos constitucionais, assinale a opção correta.

- A) O STF, pela maioria absoluta de seus membros, pode modular ou limitar os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.
- B) O princípio da justeza ou da conformidade funcional preceitua que o órgão encarregado da interpretação constitucional não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema de repartição de funções constitucionalmente estabelecido.
- C) O STF utiliza-se da chamada técnica da interpretação conforme a Constituição para advertir o legislador de que o ato impugnado encontra-se em regime de transição para a inconstitucionalidade.
- D) A técnica da declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade é utilizada para considerar inconstitucional apenas determinada hipótese de aplicação da lei, sem proceder à alteração do seu programa normativo.
- E) O princípio da máxima efetividade da Constituição propõe que se dê primazia às soluções hermenêuticas que, compreendendo a historicidade das estruturas constitucionais, possibilitem a sua atualização normativa, garantindo a sua eficácia e permanência.

GAB: B

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2015

QUESTÃO 31

Haja vista que, em situações excepcionais textualmente previstas na CF, cabe à União preservar a integridade política, jurídica e física da Federação por meio da intervenção federal, da mesma forma que cabe a estado-membro intervir em município nos casos previstos na CF, assinale a opção correta de acordo com essas regras.

- A) Caberá recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que defira pedido de intervenção estadual em município.
- B) A intervenção federal para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública independe de provimento do Poder Judiciário.
- C) A representação interventiva só é cabível contra atos normativos gerais e abstratos que firam princípios constitucionais sensíveis, excluindo-se de sua apreciação os atos concretos.
- D) Em razão da excepcionalidade da intervenção federal, não se revela possível a concessão de medida cautelar em processo de representação interventiva submetido ao crivo do STF.
- E) A intervenção federal por descumprimento de ordem ou decisão judiciária da justiça do trabalho, por se fundar em direito infraconstitucional, deve ser requisitada pelo STJ.

GAB: B

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2015

QUESTÃO 32

Desde a Constituição de 1937, adotou-se, no Brasil, a chamada cláusula de reserva de plenário (full bench), prevista atualmente no art. 97 da CF, que preceitua que “somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público”. A respeito dessa cláusula, assinale a opção correta.

- A) A cláusula de reserva de plenário não atinge juizados de pequenas causas e juizados especiais, pois, segundo a configuração que lhes foi atribuída pelo legislador, esses juizados não funcionam, na esfera recursal, sob o regime de plenário ou de órgão especial.
- B) Os órgãos fracionários de tribunais podem afastar, no todo ou em parte, a incidência de lei ou ato normativo sem obedecer à cláusula de reserva de plenário, desde que não haja declaração expressa de inconstitucionalidade.
- C) A cláusula de reserva de plenário deve ser observada nos casos em que o tribunal conclua que determinada norma pré-constitucional não foi recepcionada pela CF.
- D) No controle difuso de normas, é possível declarar a inconstitucionalidade de lei pré-constitucional tendo como parâmetro a Constituição vigente à época de edição da lei, hipótese em que não será necessária a observância da cláusula de reserva de plenário, visto não se tratar de violação à CF.
- E) Conforme a cláusula de reserva de plenário, o juiz singular de primeiro grau não pode, incidentalmente, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em um caso concreto, salvo se já houver precedente no mesmo sentido do pleno ou órgão especial do tribunal ao qual o magistrado se encontre vinculado ou do STF.

GAB: A

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2015

QUESTÃO 33

Assinale a opção correta com referência ao controle de constitucionalidade no Brasil.

- A) O preâmbulo da CF e o ADCT nela contido servem como parâmetro de controle de constitucionalidade.
- B) É desnecessária a suspensão, pelo Senado Federal, de lei declarada inconstitucional pelo STF no exercício de controle difuso, tendo em vista a ocorrência de mutação constitucional.
- C) Se, no exercício de controle concentrado, decisão do STF declarar a inconstitucionalidade de determinada lei estadual, será possível, por meio de reclamação, se questionar lei de idêntico teor editada por outro estado-membro.
- D) Diferentemente do STF, que pode declarar a inconstitucionalidade parcial de expressões ou palavras de artigo de lei, o veto parcial do presidente da República com base na inconstitucionalidade da norma deverá abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- E) No sistema brasileiro, admite-se o exercício, por meio de mandado de segurança impetrado por parlamentar, do controle material de constitucionalidade de projetos de lei que firam cláusulas pétreas.

GAB: D

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2015

QUESTÃO 34

A respeito da ADI, assinale a opção correta.

- A) Se o pedido da ADI se limitar única e exclusivamente à declaração de inconstitucionalidade formal, o STF ficará impedido de examinar a inconstitucionalidade material da lei.
- B) A admissão de *amicus curiae* em ADI independe da demonstração da pertinência temática entre os objetivos estatutários ou as finalidades institucionais da entidade requerente e o conteúdo material da norma questionada.
- C) De acordo com o entendimento do STF, se, no curso de ADI proposta por partido político, este vier a perder sua representação no Congresso Nacional, referida ação deverá ser declarada prejudicada.
- D) As súmulas editadas pelo STJ, em razão de sua generalidade e abstração, são passíveis de serem atacadas por meio de ADI.
- E) A declaração de inconstitucionalidade proferida em ADI vincula o legislador, que fica impedido de promulgar lei de conteúdo idêntico ao do texto anteriormente censurado.

GAB: A

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2015

QUESTÃO 35

No tocante às ações de controle concentrado, assinale a opção correta com base no entendimento do STF.

- A) Cabe ao STF processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- B) Apesar do caráter dúplice da ADI, o indeferimento de medida cautelar não dá margem à propositura de reclamação, visto que essa decisão não possui efeito vinculante.
- C) A ADPF pode ser utilizada para o fim de rever ou cancelar súmula vinculante.
- D) Dado o caráter subsidiário e complementar da ADPF, o município tem legitimidade para propô-la.
- E) Não é cabível medida cautelar em ADI por omissão.

GAB: B

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2015

QUESTÃO 36

À luz do entendimento adotado pelo STF, assinale a opção correta acerca do Poder Judiciário.

- A) A aposentadoria de desembargador não desloca para a primeira instância a competência para o processamento e o julgamento de eventuais ilícitos penais por ele cometidos no período de exercício do cargo.
- B) Se o nome de um juiz figurar por três vezes alternadas na lista tríplice para compor TRF, a escolha do presidente da República tornar-se-á vinculada.
- C) Compete à justiça federal processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do presidente da Câmara dos Deputados.
- D) Compete à justiça federal julgar todas as causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia.
- E) Para o provimento de cargo de ministro do STJ destinado à magistratura federal, deve-se distinguir entre desembargadores de TRF, originários da carreira da magistratura federal, ou provenientes do MPF ou da advocacia.

GAB: C

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.^a REGIÃO/2015

MS 32.091/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Decisão de 01/07/2013: “É certo que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do MS 23.977/DF, Rel. Min. CEZAR PELUSO, revendo anterior orientação jurisprudencial, reconheceu a incompetência desta Corte para apreciar, *originariamente*, mandado de segurança impetrado contra atos do Presidente da Câmara dos Deputados, que, *segundo esse entendimento*, não figura no rol exaustivo inscrito no art. 102, I, “d”, da Constituição da República.

Observo, no entanto, *por necessário*, que esse precedente representou *episódico momento de inflexão* na orientação jurisprudencial que esta Suprema Corte já havia consolidado, *há décadas*, sobre esse específico tema.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, *em sucessivas decisões*, tem reconhecido a competência originária desta Suprema Corte para apreciar ação de mandado de segurança ajuizada com o objetivo de questionar comportamento ativo ou omissivo atribuído ao Presidente da Câmara dos Deputados.

É importante assinalar, *neste ponto*, que o Supremo Tribunal Federal, *em diversos julgamentos* ocorridos posteriormente ao precedente invocado pela ora impetrante (MS 23.977/DF, Rel. Min. CEZAR PELUSO), veio a analisar *inúmeras ações de mandados de segurança* ajuizadas contra os Presidentes da Câmara dos Deputados e, *também*, do Senado Federal.

Tenho para mim, *desse modo*, em face de mencionados precedentes, que a Constituição, em regra especial de competência (CF, art. 102, I, “d”), conferiu, *a esta Suprema Corte*, atribuição para apreciar, em sede originária, os mandados de segurança impetrados contra o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2013

QUESTÃO 37

Acerca do conceito, dos elementos e da classificação das Constituições, assinale a opção correta.

- A) As Constituições classificadas, quanto ao modo de elaboração, como Constituições históricas, apesar de serem juridicamente flexíveis, são, normalmente, politicamente rígidas.
- B) De acordo com a concepção que a define como um processo público, a Constituição consiste em uma ordem jurídica fundamental do Estado e da sociedade, não se caracterizando, portanto, como Constituição aberta, ou seja, como obra de um processo de interpretação.
- C) Entendida como um programa de integração e representação nacionais, a Constituição deve conter apenas matérias referentes a grupos particularizados e temas passíveis de alterações frequentes, de modo a propiciar a durabilidade e a estabilidade do próprio texto constitucional.
- D) Conforme a concepção política, a Constituição é a soma dos fatores reais de poder que regem o país.
- E) São denominados elementos limitativos das Constituições aqueles que visam assegurar a defesa da Constituição e do estado democrático de direito.

GAB: A

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2013

QUESTÃO 38

À luz do que dispõe a CF a respeito dos estados-membros e dos municípios, assinale a opção correta.

- A) A definição do horário de funcionamento das instituições bancárias é da competência legislativa do município, por constituir matéria de interesse local.
- B) Será constitucional norma de estado-membro que conceda estabilidade aos empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista estadual.
- C) A hipótese de município compor um dos polos da lide e de a União compor o outro polo não configura, por si só, conflito federativo apto a ensejar a competência originária do STF.
- D) A União pode intervir em estado-membro para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, desde que haja provimento pelo STF de representação do procurador-geral da República.
- E) Como a CF prevê a imunidade do presidente da República à persecução penal por atos estranhos ao exercício de sua função, será legítima norma constitucional estadual que preveja imunidade semelhante ao governador do respectivo estado-membro.

GAB: C

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2013

QUESTÃO 39

Assinale a opção correta acerca do Poder Judiciário.

- A) Advogado ou membro do MP que passe a integrar a carreira da magistratura por meio da regra do quinto constitucional adquirirá a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício do cargo.
- B) A partir da publicação do enunciado de súmula vinculante do STF na imprensa oficial, ficam vinculados ao seu teor os demais órgãos do Poder Judiciário, assim como os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Executivo.
- C) De acordo com o entendimento do STF, o foro especial por prerrogativa de função estende-se aos magistrados aposentados.
- D) O STF entende que, caso magistrado federal tenha sido indicado por três vezes consecutivas, em lista tríplice, para promoção por merecimento, a cargo de juiz de TRF, a Presidência da República é obrigada a nomeá-lo, por ser a nomeação um direito subjetivo público decorrente de garantia da magistratura.
- E) De acordo com a jurisprudência do STF, confirmada pelo plenário do tribunal, é desnecessária a realização de sessão pública e de votação nominal, aberta e fundamentada para a promoção por merecimento de magistrados, bem como para deliberações sobre remoções voluntárias para membros do Poder Judiciário.

GAB: D

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2013

QUESTÃO 40

Em relação ao controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta.

- A) É cabível a oposição de embargos de declaração para fins de modulação dos efeitos de decisão proferida em ação direta de constitucionalidade.
- B) Inexiste inconstitucionalidade por vício formal subjetivo em lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre a criação de cargos na administração direta.
- C) Conforme a jurisprudência do STF, é permitido ao *amicus curiae* interpor recurso das decisões proferidas nos processos objetivos de controle de constitucionalidade.
- D) O controle incidental de constitucionalidade de uma lei somente pode ser realizado em face da Constituição vigente, e não de Constituição anterior, já revogada.
- E) O veto jurídico é exemplo de controle prévio de constitucionalidade, realizado pelo chefe do Poder Executivo quando entende ser o projeto de lei contrário ao interesse público.

GAB: A

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2013

QUESTÃO 41

Ainda com relação ao controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta.

- A) O STF admite a declaração de inconstitucionalidade por arrastamento, também denominada por atração, de decreto regulamentar de lei que tenha sido objeto de ADI julgada procedente.
- B) As associações que congregam exclusivamente pessoas jurídicas, as denominadas associações de associações, não têm legitimidade, segundo a jurisprudência do STF, para propor a ADI perante o tribunal.
- C) É cabível a proposição de ação rescisória à decisão que julga procedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental, não sendo possível sua proposição quando o pedido for julgado improcedente.
- D) Segundo a jurisprudência do STF, não se admite o controle preventivo de constitucionalidade em relação a projeto de lei ou de emenda constitucional.
- E) O advogado-geral da União será sempre citado para a defesa de ato impugnado em ADI, ainda que o STF já tenha se manifestado pela inconstitucionalidade em caso semelhante.

GAB: A

Juiz Federal Substituto - CESPE/UnB – TRF 5.ª REGIÃO/2013

QUESTÃO 42

No que concerne ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A) A administração de território federal fica ao encargo de governador nomeado pela Presidência da República, independentemente de aprovação pelo Senado Federal.
- B) A sentença condenatória em processo de *impeachment* é materializada por meio de resolução editada pelo Senado Federal.
- C) Pelos crimes de responsabilidade, conexos ou não a crime cometido pelo presidente da República, os ministros de Estado serão julgados pelo STF.
- D) Para instaurar o processo de *impeachment* contra o chefe do Poder Executivo, o Senado Federal deve considerar os critérios de oportunidade e conveniência.
- E) O governador de estado que, em decorrência de aprovação em concurso público, tomar posse em cargo na administração pública direta ou indireta perderá o mandato.

GAB: B